

## A Red Federal de Sítios de Memória: debates e intervenção

Rebeca Lopes Cabral<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem como foco a *Red Federal de Sítios de Memoria* argentina, atual *Dirección Nacional de Sitios de Memoria*. Um organismo inter-judicial criado no âmbito do *Archivo Nacional de la Memoria*, que articula a gestão de políticas públicas de memória entre o poder executivo, os estados e municípios, relacionadas aos ex Centros Clandestinos de Detención Tortura y Extermínio construídos durante a última ditadura militar argentina (1976-1983). Levando em conta suas principais funções – a promoção de intercâmbios de experiências entre os sítios de memória do país, a sinalização dos sítios (por meio de cartazes, placas e monumentos) e o monitoramento das gestões dos sítios – se pretende mapear essa experiência, com especial foco nas sinalizações. Olhando para os principais conflitos e debates em torno de sua construção e analisando esse eixo central de intervenção, o objetivo é compreender como tal iniciativa influi nas dinâmicas dos sítios e coopera, ou não, para uma articulação deles em rede, de modo que possam construir uma narrativa complexa e não redundante na cidade; e, mais que isso, como isso coopera para a transmissão da memória nos lugares. Para tanto, se tem em perspectiva principalmente os sítios localizados em CABA.

### Resumen

El artículo toma como objeto Red Federal de Sitios de Memoria argentina, actual Dirección Nacional de Sitios de Memoria. Un organismo interjurisdiccional, creado en el ámbito del Archivo Nacional de la Memoria, que articula la gestión de políticas públicas de memoria entre el Ejecutivo Nacional, estados y municipios relacionadas a los ex Centros Clandestinos de Detención Tortura y Extermínio construidos en la última dictadura argentina (1976-1983). Teniendo en cuenta sus principales funciones – la promoción de intercambios de experiencias entre los sitios de memoria en el país, la señalización de los sitios (a través de placas, carteles y monumentos) y el monitoreo de las gestiones de los sitios – se pretende mapear esa experiencia, con especial enfoque en las señalizaciones. Mirando los principales conflictos y debates en torno a su construcción y analizando ese eje central de intervención, el objetivo es comprender cómo tal iniciativa influye en las dinámicas de los sitios y coopera, o no, para una articulación de ellos en red, de modo que puedan construir una narrativa compleja y no redundante en la ciudad; y, mas que eso, como coopera para la transmisión de la memoria en esos lugares. Para tanto, se tiene en perspectiva principalmente los sitios ubicados en CABA.

**Palavras chave:** sítios de memória; ditadura argentina; rede; políticas públicas; cidade.

**Palabrasllaves:** sitios de memoria; dictadura argentina; red; políticas publicas; ciudad.

---

<sup>1</sup> <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4855061E6>

## A Red Federal de Sítios de Memória: debates e intervenção

### Introdução

Na Argentina, a luta pública contra o terrorismo de Estado por parte de familiares de desaparecidos, ex perseguidos políticos e vizinhos, associado a um conjunto de medidas governamentais inéditas – como o *Juicio a las Juntas* – construíram uma memória comum sobre a violência política dos anos 70 (1976-1983) (Silvestri, 2000). Como parte desse movimento, grupos da sociedade civil vêm reivindicando locais de tortura, memoriais e praças públicas, como provas jurídicas, espaços de significados políticos, simbólicos e didáticos dos mais de 30.000 desaparecidos.

Tais elementos formam uma topografia bastante diversa na cidade. Composta por demarcações, grafites, *baldozas*, faixas, monumentos e, também, dos *ExCentros Clandestinos de Detención, Tortura y Extermínio (CCDTyE)* sinalizados e/ou transformados em lugares de memória, os quais possuem um papel fundamental. Durante a ditadura foram criados cerca de 700 Centros Clandestinos por todo o país para abrigar as torturas e manter os presos políticos encarcerados. Cerca de 47, após um longo processo de luta encabeçado por grupos de direitos humanos, foram transformados em lugares de memória e todavia são provas essenciais de alguns dos julgamentos em curso.

Se por um lado a ativação institucional desses espaços foi impulsionada por uma longa e conflitiva luta de grupos de direitos humanos; por outro, tornou-se possível e fortaleceu-se por uma série de políticas públicas elaboradas especialmente nos anos 2000. Como parte disso, está a *Red Federal de Sítios de Memória (RFSM)*, atual *Dirección Nacional de Sítios de Memória (DNSM)*, a qual constitui o objeto central de análise deste artigo. Trata-se de um organismo interjurisdicional, criado em 2007 no âmbito do *Archivo Nacional de la Memoria* com o objetivo de articular a gestão de políticas públicas entre o poder executivo, as províncias e municípios. Dentre suas principais funções estão a promoção de intercâmbio entre experiências dos sítios de memória no país, o monitoramento das gestões dos sítios e a sinalização de sítios – tanto naqueles já institucionalizados, quanto naqueles todavia ocupados pelas forças armadas.

O presente texto insere-se como um desdobramento da pesquisa de mestrado “Memórias de dor em Buenos Aires: de ex Centros Clandestinos de Detención Tortura y Extermínio a lugares de memória e consciência” desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Brasil, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Nela toma-se como recorte a *Red Federal de Sítios de Memória* na Argentina, com o foco em cinco dos ex *Centros Clandestinos de Detención Tortura y Exterminio (Ex-CCDTyE)* de Buenos Aires, hoje lugares de memória, que a compõe: a Ex ESMA, o Ex Club Atlético, o Ex Virrey Cevallos, o ex Automotores Orletti e o ex Olimpo. A partir do objeto de pesquisa busca-se analisar como cada um dos sítios de memória que compõe a rede trabalha suas especificidades e se completa (ou não) com os demais, de forma a configurar uma narrativa complexa e não redundante na cidade. O objetivo mais amplo é iluminar possibilidades críticas de trabalho com essa memória no Brasil e, ainda, desde o campo da Arquitetura e do Urbanismo.

Tendo em vista os objetivos e objetos específicos e gerais da investigação, o presente artigo mapeará os principais conflitos e debates sobre a construção de tal iniciativa, enfocando as sinalizações, uma das principais atividades da *RFSM*, e tomando como recorte os cinco sítios de CABA. O objetivo é entender como isso influencia as dinâmicas dos sítios e coopera ou não para a articulação deles em rede, de modo que construam uma narrativa complexa e não redundante na cidade; e, mais que isso, como coopera para a transmissão da memória por meio desses lugares.

A partir do monumento, das placas e cartazes exploraremos alguns dos discursos espaciais, simbólicos e narrativos ali presentes, buscando apontar seus efeitos, dissonâncias nos lugares, mas também os limites, com objetivo de entender mais a fundo essas experiências e sua efetividade hoje. Para tanto, o texto está organizado em duas partes: a primeira mapeará a história da construção da *Red Federal de Sítios de Memória*, apontando seus principais conflitos; e a segunda focará na análise espacial dos elementos de sinalização. Para tanto, utilizaremos as entrevistas e documentos coletados nos trabalhos de campo; autores que vem se debruçando sobre o tema da memória social na Argentina, como Hugo Vezzetti, Ana Guglielmucci e Elizabeth Jelin; e outros que pensam desde distintas perspectivas as relações entre memória cultural e direitos humanos, como Andreas Huyssen e James Young.

### **A Red federal de sítios de Memória**

Embora a luta por justiça, memória e verdade relacionada aos crimes estatais cometidos durante a última ditadura argentina tenha começado antes de mesmo da redemocratização, sob o marco da primeira marcha das *Madres da Plaza de Mayo* em 1978, a partir das comemorações do vigésimo centenário do golpe o movimento volta-se a cidade. Seja nutrido pelas discussões sobre o *Parque de la Memoria*, sobre a *Ex Escuela Mecánica de la Armada*, ou ainda pelo surgimento dos *H.I.J.O.S* como nova uma agrupação política (Durán, 2012). Assim, se até então os esforços eram marcados pela busca por justiça e verdade – impulsionada pelo *Juicio a las Juntas Militares* (1985) e o lançamento do relatório *Nunca Más* (1984) – a partir de 1996 ganhou força também a luta por memória.

Nesta, o espaço público, entendido como democrático e ora restrito durante o período ditatorial, não a toa tornava-se palco e agente de reivindicações. Marchas, escraches e eventos comemorativos impulsionados por organizações de direitos humanos – como se autodenominam (Jelin, 2017) – se preocuparam em criar modos criativos de reivindicar os centros clandestinos: seja como prova jurídica dos testemunhos que vinham a tona, seja por seu caráter simbólico enquanto lugar onde foram encarcerados e mortos diversas pessoas que ainda encontram-se na situação de desaparecidos políticos.

Podemos dizer que a luta por memória esteve marcada por três momentos centrais, os quais estiveram em muito imbricados à luta pelos sítios. A primeira, a partir de 1996, é marcada pelas práticas comemorativas – como marchas e escraches – e sinalizações como cartazes, faixas e pichações, com o especial objetivo de visibilizar os sítios de memória e representar os desaparecidos; a segunda, a partir da crise econômica de 2001 foi marcada pela formação de estruturas de vizinhança voltadas ao fomentismo e ao cooperativismo (Olmos, 2018) das quais muitas se envolvem com a reivindicação dos sítios; e, a terceira, a partir de 2003, com a entrada de Nestor Kirchner no poder e a “recuperação” da ESMA pelas organizações de direitos humanos, é marcada pela ampliação das políticas públicas de memória, pela

progressiva institucionalização dos sítios de memória<sup>2</sup> da capitale pelo desenvolvimento de trabalhos pedagógicos (Jelin, 2013). Tais processos de institucionalização, sempre largos e disputados, envolveram distintas organizações de direitos humanos e organizações de bairro, que demonstravam distintos desejos sobre o que fazer com esses lugares. Mas, além disso, foram sempre marcados, em maior grau na primeira e na segunda fase, por uma profunda e sistemática desconfiança com relação a intervenção do Estado (Di Cori, 2005).

A *Red Federal de Sitios de Memoria (RFSM)* insere-se nessa terceira fase. Foi criada em 2007, no âmbito do *Archivo Nacional por la Memoria* (Decreto 1259/2003) por meio da resolução SDH N° 014. A ideia partiu de Judith Said (entrevista concedida a autora, novembro de 2017), ex militante, ex perseguida política, e na época funcionária do *Archivo Nacional por la Memoria*. Como afirmou ela, nesse momento, “Começamos a receber demandas de diferentes províncias e lugares. Então criamos a *Red*, onde podíamos confluir com os organismos, as gestões nacionais, provinciais e municipais”. Tratava-se, segundo Said (entrevista concedida a autora, novembro de 2017) da “maneira como poderíamos fazer efetivas as políticas públicas de direitos humanos, para que fiquem assentadas e tenham continuidade”.

Desse modo a ideia de pensá-los em rede advinha principalmente das demandas dos sítios; mas também relacionava-se, ainda para Said, ao fato dos centros clandestinos terem sido pensados em rede durante a ditadura<sup>3</sup>. Justamente por terem sido pensados no conjunto dos 700 lugares e serem implantados estrategicamente nas zonas urbanas do país, o que permitiu sua eficiência: não apenas para eliminar qualquer forma de resistência – especialmente membros das guerrilhas de esquerda, mas também para assombrar e destruir os laços sociais<sup>4</sup>.

Trabalhando também em escala nacional como meio a fortalecer as iniciativas locais, segundo a resolução SDH N° 014 que deu origem a *RFSM*, as atividades recaíam na promoção de encontros entre os sítios de memória, “*los pedidos de desafectación total o parcial de los usos militares de las distintas unidades y sureutilización para proyectos de memoria*”; a identificação e a sinalização dos lugares que funcionaram como *Centros Clandestinos de Detención*; bem como a gestão desses e outros espaços vinculados ao terrorismo de Estado. Embora o decreto de criação do *Archivo Nacional por la Memoria* (ANM), criado em 2003, prevísse dentre suas atribuições, movimentos de investigação e intercâmbio<sup>5</sup> a formação de um

---

<sup>2</sup>Com relação aos *CCDTyE*, em CABA, o primeiro “recuperado” foi o Ex Atlético, depois a ESMA, o Olimpo, o Virrey Cevallos e o por fim o Centro de Automotores Orletti.

<sup>3</sup>Para colocar em prática o plano repressivo os militares organizaram uma divisão geográfica do país em zonas, áreas e *jefaturas*, onde conformaram-se grupos de tarefas responsáveis pelos *CCDTyE*, locais que, por sua vez, atuavam como as “salas de cirurgia” do projeto de reorganização nacional (Fereinstein, 2014). Localizados principalmente em zonas urbanas, por vezes possuíam conexões específicas, como é o caso do circuito *Atlético-Banco-Olimpo* (ABO), mas também se fortaleciam-se por terem sido pensados no conjunto dos 700 lugares espalhados pelo país. Por meio disso, foram emaranhados às distintas tramas urbanas, cumprindo uma função interna de eliminar qualquer forma de resistência – especialmente membros das guerrilhas de esquerda, mas também uma função externa de assombrar as zonas onde estavam inseridos.

<sup>4</sup>Afinal, como afirma Calveiro (2004, p. 21) os CCD, eram uma realidade “negada sabida” e, por sua proximidade física “*sólo puede existir en medio de una sociedad que elige no ver [...] a su vez, la parálisis de la sociedad se desprende directamente de la existencia de los campos; una y otros alimentan el dispositivo concentracionario y son parte de él.*”

<sup>5</sup>Segundo o Art. N. 5 movimientos de intercambio – “Centralizar en el ámbito nacional los archivos existentes en esta materia, incluidos los Archivos de la CONADEP, los de la Secretaría de Derechos Humanos (Archivos SDH) y los de las leyes reparatorias 24.043, 24.411 y 25.192, custodiados en la

ente com esse objetivo específico previa o aprofundamento e o desdobramento dos trabalhos desenvolvidos pelo ANM. Para Delia Bisutti (em entrevista a mim, 2017), coordenadora dos sítios de CABA entre 2014 e 2015, a criação da *RFSM* “fortificou a equipe de investigação junto a nação”. A partir de então, ainda segundo ela, tanto as investigações que já vinham sendo realizadas pelos sítios independentemente quanto as que passam a ser realizadas pela *Red Federal de Sítios de Memoria* deveriam ser, por obrigação, apresentadas à justiça: “Antes os sítios tinham informações que deixavam de colocar no conjunto de sítios do país. Se faziam trabalhos, mas não eram compartilhados. Então com a criação da *Red* foram incorporados também novos dados ao *Archivo Nacional de la Memoria*”.

No momento de criação da *RFSM*, apesar dos sítios da capital já transformados em lugares de memória, sua gestão encontravam-se sob a coordenação do *Instituto Espacio por la Memoria (IEM)*, um ente autárquico composto por representantes de organismos de direitos humanos. No entanto, segundo Oswaldo Lopez, coordenador do *ExVirrey Cevallos* (em entrevista a mim, 2017) isso limitava a integração dos sítios da capital nas iniciativas promovidas pela *Red*, como por exemplo, a participação dos encontros: “Nós nesse momento não participamos dos encontros porque os sítios de memória em Buenos Aires estavam sob a supervisão do instituto espaço para memória”. Segundo ele, “houve uma má política, má administração das políticas de direitos humanos no espaço nesse espaço, o que impediu a troca de experiências”. Além disso, note-se que até então os sítios da capital eram sinalizados com cartazes elaborados pelo próprio IEM.

O Instituto fora criado em 2002. No calor das discussões sobre *Parque de la Memoria*, como contou Alegre (entrevista concedida a mim, 2017) – ex secretária da Secretaria de Direitos Humanos de CABA, ex militante da organização de DDHH *Buena Memoria* e uma das fundadoras da lei que criaram o *IEM* – entendeu-se a necessidade de criar um “ente autárquico onde as organizações de direitos humanos pudessem tomar decisões junto ao Estado, para recuperar os outros *CCDTyEs* mas também trabalhar com a memória em geral, no âmbito da educação e da cultura”. Segundo Gabriela Alegre (em entrevista a mim, 2017), a dissolução do instituto se deu de forma gradual e devido a uma série de disputas internas relacionadas sobre como seria e se seria implantado um museu no *Casino de Oficiales* na *ExESMA*. Entre os anos de 2013-2014, algumas autoridades do *IEM* demonstravam, segundo sua visão, uma posição bastante autoritária, o que levou a progressiva debanda de grande parte dos grupos de DDHH<sup>6</sup>.

“O Cels vai embora, Abuelas, Hijos, por diferenças na condução do *IEM*. Isso vai passando ao mesmo tempo que o *IEM* não estava de acordo com o que o governo nacional e ao que muitas organizações de direitos humanos estavam propondo como museu, como sítio de memória, com o que hoje existe enquanto museu de sítio, porque haviam muitas opiniões, de gente que dizia “ponha uma bomba e o destrua”, como foi o caso de um ex detido, até deixá-lo como está, porque assim se fez na Alemanha.”

Frente a esse cenário, em 2014, os cinco sítios foram transpassados ao poder

---

SECRETARIA DE DERECHOS HUMANOS y ofrecer a los estados provinciales, municipales y a la Ciudad Autónoma de Buenos Aires la coordinación de los archivos locales; bem como “Invitar a los Estados Provinciales y a la CIUDAD AUTONOMA DE BUENOS AIRES a colaborar con el ARCHIVO NACIONAL DE LA MEMORIA mediante la celebración de convenios tendientes a facilitar el cumplimiento de los fines y objetivos de este decreto en sus respectivas jurisdicciones –

nacional, por meio do convênio de 22 de janeiro entre a Legislatura de Buenos Aires e o Estado Nacional (lei n. 26.930 e lei CABA n. 4929), onde outorgava-se ao Poder Executivo o usufruto dos cinco sítios de CABA. Para tanto criou-se dentro da Secretaria de direitos humanos a *Dirección Nacional de Sítios de Memoria*, a qual dependeria diretamente da Unidade da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério de Justiça e Direitos Humanos. Na mesma ocasião votou-se também, em um expediente complementar, a dissolução do *Instituto Espacio por la Memoria* e a criação. Assim, uma das impulsionadoras da lei de dissolução foi a própria Gabriela Alegre, uma personagem chave na criação do *IEM*.

Para ela esta era a medida necessária para evitar a “posição autoritária” do instituto, mas também sustentava publicamente que esse era o modo de fazer “*Una política de Estado que va a transcender*” e de “*establecer garantías para los trabajadores en cuanto a su antigüedad, condiciones y retribución, a la vez que aseguran que el gobierno porteño tenga las partidas presupuestarias para pagar los salarios hasta que se haga efectivo el ingreso al Estado nacional*”<sup>7</sup>. Em contrapartida, o diretório do *IEM*, sob o comando de Ana María Careaga declarava ser “*una agresión a la lucha por la memoria, la verdad y la justicia [...] Entre la falta de interés del gobierno local y la falta de visión estratégica del gobierno nacional, al IEM lo disuelven más por sus aciertos que por lo que no tuvo tiempo de realizar*”<sup>8</sup>. Desse modo podemos dizer que algumas das razões principais do transpasso dos sítios de memória a nação relaciona-se ao enfraquecimento da legitimidade do *IEM* frente aos organismos de direitos humanos, dado seu progressivo esvaziamento; mas também pelo entendimento, de personagens específicos, de que seria uma política de Estado capaz de transcender frente às mudanças de governo.

Por outro lado, o transpasso significou a perda de autonomia em relação aos outros do país, e a perda de autonomia dos grupos de direitos humanos. Se antes os grupos de direitos humanos envolvidos nos sítios tinham que responder aos grupos de DDHH que compunham o *IEM*, a partir de então passavam a responder e a fazer parte do Governo Nacional. Por sua vez, os trabalhadores dos sítios entrevistados destacaram que as principais mudanças com o transpasso relacionaram-se especialmente às condições trabalhistas. Como funcionários da nação, tiveram seus salários aumentados e, também, sua situação trabalhista regularizada, segundo Delia Bisutti um grande problema no momento do transpasso, pois muitos deles encontravam-se em situação regular. Ainda para outros, que entendiam que o *IEM* exercia uma política autoritária, como Oswaldo Lopez, representou também uma maior liberdade de atuação dentro dos sítios.

Em 2015, Mauricio Macri assumiu como presidente, mudando a conjuntura das políticas de direitos humanos, os discursos sobre o tema desde o Estado e aumentando a desconfiança, antes (ao menos parcialmente) conquistada pelos Kirchners. Antes mesmo de assumir o poder Macri reavivou questões tidas como resolvidas por esses setores (Jelin, 2017): Seja por exemplo, por meio da proposta da lei de 2x1, que reduziria o tempo de cadeia dos militares pela metade, pelo questionamento sobre o caráter da ditadura (se havia sido militar ou “cívico-militar”) ou ainda pelo questionamento da cifra dos 30.000 desaparecidos.

Nesse caldo, em 2016, os sítios de CABA, com exceção da *Ex ESMA*, foram novamente rebaixados ao *Archivo Nacional de la Memoria*. Além disso representaram um evidente movimento de desempoderamento da DNSM, representou também um corte

<sup>7</sup><https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-245843-2014-05-09.html>> acessado em 03/08/2018

<sup>8</sup><https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-245843-2014-05-09.html>> acessado em 03/08/2018

de verbas aos sítios que passaram a depender não mais diretamente da verba da *Secretaria Nacional de Derechos Humanos*, mas da verba do *Archivo Nacional de la Memoria*, um dos vários braços desta secretaria.

Os funcionários da rede também mudaram. Se antes, a coordenadora da RFSM e da DNSM era Judith Said, ex militante e ex perseguida política; a partir de 2015 assumiu Ariel Gomplewiz a convite de Sergio Kuchevasky, presidente do *Archivo Nacional de la Memoria*, por haver trabalhado com Kuchevasky anteriormente. Diferente de Said, Gomplewiz não possui vinculação direta com a luta política pela memória da ditadura, mas, segundo ele, recebeu o convite por ter demonstrado interesse em relação ao tema dos direitos humanos o que, por sua vez, advém de seu vínculo pessoal ao Holocausto, por sua origem judaica por seu envolvimento com trabalhos a comunidade judaica na Argentina.

Enquanto Judith Said (em entrevista concedida a mim, 2017) enfatizou a importância da realização de investigações acerca dos sítios; para Ariel, hoje, “A missão central da rede federal de sítios é a sinalização e a gestão de espaços do interior do país que estão sob responsabilidade nacional”, o que constitui também o principal desafio, segundo sua visão:

Rebeca: Qual é o principal desafio hoje?

Como fazer a promoção e difusão desses sítios, para que cada vez mais pessoas possam conhecê-los, conhecer as histórias. Esses sítios não são apenas espaços de memória, e sim são espaços de memória e promoção de direitos humanos. Eles têm atividades de promoção de direitos humanos. Então o grande desafio é que cada vez mais pessoas visitem esses espaços. Hoje estamos quase superando as 30.000 pessoas nos espaços. Nós queremos mais. Queremos falar com um público cada vez mais amplo, com um público jovem, que não está interessado especificamente no tema dos direitos humanos. Queremos que eles se aproximem.

### **As sinalizações**

Uma das principais atividades desenvolvidas pela *Red federal de sítios de memoria* e, posteriormente, pela *Dirección Nacional de Sitios de Memoria* são, portanto, as sinalizações de exCCDTyEs localizados em edifícios que eram ou ainda são sedes das forças armadas, e naqueles já transformados em lugares de memória. Tal função, presente no decreto de criação da *Red*, deu-se a luz da resolução n. 172 de 20 de fevereiro de 2006, que estabeleceu a intangibilidade de lugares onde funcionaram Centros Clandestinos de Detención; e da resolução n. 1309, de 30 de novembro de 2006, que autorizou a sinalização externa dos centros clandestinos de detenção.

Embora desde 2003 os sítios da capital viessem sendo sinalizados pela *IEM*, para Judith Said (em entrevista a mim, novembro de 2017), a iniciativa em escala federal – onde inclui-se como uma de suas principais funções a sinalização – representou uma garantia de “que os espaços não poderiam ser tocados e deviam ser sinalizados. Uma tomada de posição nacional com relação a isso”. Note-se que tratava-se um contexto específico. Na época os sítios, hoje lugares de memória, estavam ainda passando pelo processo de institucionalização que, encabeçado por grupos de *DDHH* e vizinhos, era marcado por uma profunda desconfiança com relação a

intervenção do Estado<sup>9</sup>. Naquele cenário as sinalizações, como afirmou Said (em entrevista concedida a mim, 2017) eram mobilizadas como um instrumento para reforçar “O compromisso de um governo” e legitimar os esforços levados a cabo pelos grupos de direitos humanos.

Ainda em 2007 o arquiteto Marcelo Castillo, arquiteto do governo da cidade, elaborou as intervenções sob os formatos de monumentos, cartazes, placas. Segundo a lei da *RFSM* eles deviam ser expostos “*enel acceso a las unidades militares, en zonas altamente visibles tanto para los militares que allí se desempeñan, como para todas aquellas personas que transitan por el lugar*” para criar uma linguagem visual “*a efectos de facilitar sureconocimiento en cualquier lugar de la República Argentina donde se ubiquen, lo que a la vez permite dar cuenta de lamagnitud del plan repressivo*”. Segundo Judith Said (entrevista concedida a mim, 2017), elas foram pensadas de diferentes tamanhos devido a diferença dos lugares que iam ser implantados: “Os pilares são nos lugares maiores, para que tenham mais visibilidade, agora em um lugar menor não tem como e a placa onde for, pois só necessita a parede como suporte e a disposição vai de acordo ao lugar”. Hoje, encontram-se tanto expostas nos lugares de memória, quanto nos folhetos e materiais de divulgação da *Secretaria de Derechos Humanos*.

Os monumentos são implantados na zona frontal dos sítios. Normalmente sobre uma pequena área envoltória e dentro dos limites do terreno. O objeto é composto de três pilares verticais cravados no chão, de 3 e 7 metros de altura, a depender do tamanho do lugar. Em cada um deles, há uma palavra, que juntas formam a consigna “*Memoria, Verdad y Justicia*”; e, sobre os pilares, na parte de baixo, um quarto elemento, horizontal, onde diz “aqui funcionou o centro clandestino conhecido como...”. Destacam-se assim duas informações que cumprem papéis distintos: a primeira, dispostas nos pilares verticais, identifica o monumento e o edifício como parte de uma luta política por memória verdade e justiça; e a segunda, exposta no pilar horizontal, identifica o local específico.

Ao mencionar as palavras “*Memoria, Verdad y Justicia*” os pilares aludem de forma quase literal aos pilares que constituem as características da *justiça de transição*, em sua concepção tradicional. Um termo que, embora consolida-se como “extraordinário e internacional” no pós segunda guerra mundial, expande-se em escala global justamente com os processos de justiça argentinos: o lançamento do relatório “*Nunca Más*” em 1984 e o *Juicio a las Juntas*, a partir do qual foram julgados alguns dos militares que participaram da repressão (Mezarobba, 2009)<sup>10</sup>. Mas, embora o termo e seus “pilares” tenham uma especial importância para o caso argentino e ganhe

---

<sup>9</sup>Tal processo, no caso da ESMA marcado pelo protagonismo de organismos de direitos humanos de maior peso político; e, no caso dos outros CCD, marcados pelo protagonismo das organizações de bairro. Na capital, note-se que o processo de escavação do Club Atlético havia começado em 2002; a desocupação da Esma em 2003 e, após sua “entrega” aos organismos de direitos humanos foram anos para que se efetivasse sua ocupação; o Olimpo em 2005, quando os militares foram trasladados para outro lugar; o Virrey Cevallos em 2005; e a expropriação do Olimpo em 2007.

<sup>10</sup>Para Bickford (*apud* Mezarroba 2009, p. 113), isso se deu porque ativistas democráticos e seus aliados nos governos buscaram encontrar novas e criativas maneiras de se lidar com o passado” e desenvolveram “a estrutura da então nascente justiça de transição como maneira de fortalecer as novas democracias e responderam às obrigações morais e legais que o movimento de direitos humanos estava articulando, tanto na esfera doméstica quanto na esfera internacional”



importância a partir dele, como colocam diversos autores, a relação entre memória, verdade e justiça e a construção de uma sociedade democrática não é nem de longe linear e direta.

Se, no âmbito local, a ênfase na justiça representou mudanças da consciência cidadã e ampliou os significados da institucionalidade para diversos setores da população – pois na América Latina a justiça esteve sempre conectada a burguesia e a partir de então, com os reclamos em torno dos crimes da ditadura, o poder judicial foi incorporado como uma instituição de a partir do qual outros grupos sociais poderiam reclamar seus direitos<sup>11</sup>; por outro lado, como exemplifica Jelin (Jelin, 2014, p. 129): “[...] *de maneracasi especular, lacentralidaddel Poder Judicial implico elmovimientoopuesto, de “politizacióndel aparato judicial”: demandas y disputas acerca delreclutamiento y actuación de jueces, propuestas de “democratización” y confrontaciones entre el Poder Ejecutivo y el Judicial*”. Também a partir dos *Juicios a las Juntas* do relatório *Nunca Más*, com os relatos de horror que vem a tona e que passaram a ser publicados diariamente nas mídias, a ideia de “verdade” foi se consolidando em torno das vítimas, consideradas as “vozes mais autorizadas” para falar do tema (Ferro, entrevista a mim, 2018).

Por sua vez, como coloca Hugo Vezzetti(2007), a formação da memória sobre os anos 70, foi adquirindo diversas formações, o que nos leva a pensar em “memórias” sempre no plural. Em um primeiro momento, a partir do *Juicio a las Juntas*, adquiriu a forma jurídica; depois há também a memória dos familiares e afetados, marcada por uma ofensa moral e aberta aos processos de *duelo*; e as memórias ideológicas, de grupos que reafirmam identidades e afiliações com o passado, dos quais alguns sustentam o relato da “guerra antissubversiva” reproduzindo a imagem produzida pela ditadura sobre si mesma, e outros reivindicam o relato combativo da experiência revolucionária. Nos sítios onde o monumento está implantado sabe-se que essas diferentes memórias levantaram debates amplos sobre os mais diversos temas: como representar os desaparecidos, se o lugar deveria ser reconstruído ou não, no caso da ESMA se devia funcionar ali um museu de memória, se o Estado devia intervir, e sobre qual narrativa devia ser contada e pra quem.

No entanto, também nesse processo, consignas como “*Nunca Más*”, “*Recordar para no repetir*”, “*Memoria, Verdad y Justicia*”, foram incorporada na luta política e convertiram-se no âmbito da luta e na literatura, em um *slogan* (Jelin, 2007): uma frase expressiva, fácil de recordar e amplamente usado no meio publicitário, mas que, no caso específico, remete a uma certeza da relação necessária entre “*laactivación de las memorias del pasado represivo y los procesos de institucionalización democrática*” (Jelin, 2007, p. 130) . E no monumento não é diferente. Afinal, de que verdade se está falando? O que se deve recordar? Para quem se deve recordar? Quais as relações entre memória, verdade e justiça? Embora a segunda inscrição, presente no elemento horizontal, apresente o sítio como um *exCCDTyE*, localizando a consigna, uma primeira questão que se coloca é se alguém que não conhece aquela história poderia se inteirar apenas olhando o monumento e, mais que isso, se o monumento seria capaz de tocar outras pessoas para além das que conhecem a história.

---

<sup>11</sup>Ou seja, “*laidea de que, si se violanderechos, existe una instancia especi!ca a lacualrecurrir, es unproducto cultural encuyaconstrucciónhan jugado un papel central losjuicios por lasviolaciones a losderechos humanos durante la ditadura*” (Jelin, 2014, p. 129).

Uma segunda questão refere-se então a própria condição do objeto enquanto monumento. Isto é, seria possível levantar questões mais amplas a partir de um monumento e, mais que isso, de um monumento que é igual em todos os sítios? Pois bem, sabe-se que a crítica ao monumento, enquanto instituição e conceito em suas formas tradicionais do séc. XIX – quando utilizado para construir grandes figuras e heróis no sentido de celebrar, difundir e também construir os ideais dos Estados Nacionais europeus – foi bastante ampla e teve seu espaço no século XX<sup>12</sup>. No entanto, especialmente a partir dos anos 80, o crescente interesse pela memória – nos diversos âmbitos da vida, e também na historiografia – associada a exponencial aceleração dos discursos de direitos humanos deu luz a grupos e questões relacionadas aos mais diversos tipos de violências (Huysen, 1984; 2000; 2014). Nesse caldo, não apenas multiplicam-se monumentos, memoriais e marcações que refletem sobre este tipo de memórias; como mais e mais arquitetos e artistas se preocuparam em desafiar as formas tradicionais do monumento europeu do séc XIX. Mesmo em meio a alta circulação de informações e acesso às mídias, os memoriais, monumentos e museus ainda demonstram oferecer algo que a televisão não nos pode oferecer: a qualidade material do objeto (Huysen, 1994, p. 12.). Como sugere Huysen: *“is the material reality of an object [...] the permanence of a monument in a reclaimed public space in pedestrian zones, in restored urban centers, or preexisting memorials or in preexisting memorial space that attracts a public disatisfied with simulation and television Chanel switching”*.

Mas não se trata do mesmo tipo de monumento do séc. XIX. James Young (1999), nesse mesmo sentido, afirma que a emergência dessas questões associada a uma revisão histórica do poder dominante e excludente dos monumentos heroicos do séc. XIX impulsionou uma mudança fundamental no caráter dos monumentos em direção ao *“antiheroic, often ironic and self-effacing conceptual installation that mark the national ambivalence and uncertainty of late 20th-century postmodernism”*, o que o autor chama de *“contra monumento”* (Young, 1999).

Enquanto discurso o monumento da DNSM também está falando de uma história e de um lugar que muitos tentaram esconder tornando-se possível por esse movimento mais amplo de olhar crítico às violências do passado. Mas, diferente dos *“contra-monumentos”* – onde na Argentina poderíamos mencionar o *Parque de la Memoria* como um exemplo emblemático – enquanto objeto ele não se propõe a explorar e proporcionar experiências corpóreas, para além da visual, via pela qual entende-se que talvez poderiam explorar as questões ali mencionadas de forma mais efetiva, no que diz respeito à sua capacidade de tocar as pessoas. Trata-se de um objeto que, como os monumentos do século XIX acaba em si mesmo, encontra-se sempre nos limites do sítio, afastado da trama urbana e reforçando sua função de apenas sinalizar o local. Ao mesmo tempo, tem algo de moderno, na medida em que, volta-se ao futuro, por meio da consigna *“Memória, Verdad y Justicia”* e, como um carimbo, foi pensado para ser implantado em qualquer sítio com tamanho suficiente

---

<sup>12</sup>Como afirma Young (1999), desde Nietzsche, que dizendo *“Basta de Monumentos!”* criticava a construção de que chamou de *“Historia Monumental”*, a qual entendia ser uma versão neutralizadora e reducionista do passado; passando pelo crítico cultural Lewis Mumford que nos anos 1930 declarou *“If it is a monument it is not modern, and if it is modern, it cannot be a monument”*. Por acreditar no poder da arquitetura moderna em perpetuar-se e mudar radicalmente a vida e as relações sociais e vincular os monumentos ao auto-engrandecimento, foi utilizada como uma forma de compensação da escassez de ações efetivas dos Estados Europeus e norte americanos; até, em tempos recentes, a historiadora da arte Rosalind Krauss que pontuou que os monumentos modernos não alcançaram referenciar-se para além de si mesmos.

para recebe-lo, independente de suas diversas diferenças. Apesar de sua importância enquanto reconhecimento por parte do Estado, nessa medida torna-se contraditório com os próprios esforços dos sítios de abrir-se a cidade. Mas seria possível elaborar um monumento capaz de inserir-se na trama urbana igual para todos os sítios que possuem debates específicos e espacialidades completamente distintos? Afinal, o grande risco que corre é, portanto, tornar-se com o tempo apenas mais um mobiliário urbano (Jelin, 2013).

O caráter de *slogan* do monumento é ainda reforçado nas placas e cartazes. Nelas ele é representado como uma figura. Três retângulos, com as palavras “*Memoria, Verdad y Justicia*”; bem como, seus pilares, aparecem representados no logotipo da *Dirección Nacional de Sítios de Memoria*, localizado na parte inferior, ao lado do logotipo do governo federal.

As placas, são maiores, de 2m x 2m, possuem um suporte e normalmente estão implantadas atrás das grades dos sítios; já os cartazes tem 1,6m x 1,4m e encontram-se dispostos nos muros. Ambos os *layouts*, baseiam-se na mesma estrutura informativa dos monumentos: à esquerda está a imagem com os termos “*Memoria, Verdad y Justicia*”; e, à direita nas placas e na parte de cima dos cartazes, uma menção ao sítio específico (“Aqui funcionou o Centro Clandestino chamado ...”). À diferença do monumento há também um texto sobre a história do espaço, que constitui a função pedagógica desses outros elementos. E, também, diferente do monumento, por serem fáceis de implantar, podem ser expostas tanto em lugares onde ainda funcionam as forças armadas; quanto em lugares já institucionalizados. Nos sítios já transformados em lugares de memória estas vem normalmente acompanhadas por um outro cartaz localizado na parte superior que anuncia o local específico, “Sítio de Memoria e Promoção dos direitos humanos...”, que é ainda azul e branco, como a bandeira argentina.

Segundo Judith Said, os textos ali presentes eram elaborados a partir da investigação realizada pela *RFSM*: “A gente tinha uma equipe que estava a cargo da investigação e da Red, de investigar tudo que aconteceu nesse lugar e, a partir daí, fazer o texto. E também trabalhávamos em conjunto com os organismos de direitos humanos e da *Mesa de Trabajo y Consenso*” segundo ela, para não dar lugar a disputas. Criaram-se, assim, dois eixos fixos: “O repúdio ao terrorismo de Estado e a homenagem às vítimas. No conteúdo trabalhava-se sobre a história do seu funcionamento como centro clandestino, contávamos como funcionou, a que forças operativas pertenceram, o período, as etapas de luta, em que momento o lugar se tornou conhecido, quais foram os sobreviventes, os testemunhos, como foi o processo de ‘*ponerlo en valor*’ e colocando muita ênfase no educativo para as visitas das escolas”. Por outro lado, muitos dos atores entrevistados, dos sítios de CABA, hoje lugares de memória – onde note-se os trabalhos já estavam mais avançados em relação a muitos do interior – disseram que os textos foram armados por eles mesmos e, depois, apenas encaminhados para a aprovação da *DNSM*, o que aponta que a construção da história ali presente não se deu de cima pra baixo.

Assim como o monumento incorpora a consigna “*Memoria, Verdad y Justicia*” seja por ser um termo jurídico ou por seu uso na luta política; os textos também incorporam parte da estrutura narrativa dos sítios já institucionalizados. Tomando os cinco sítios de CABA como exemplo é notável que seus percursos estruturam-se a partir de eixos semelhantes: a história enquanto centro clandestino (a que força pertenceu, quantas pessoas passaram ali, qual era a função de cada ambiente, etc); a história de resistência dos presos políticos; e a história de “recuperação” pelos grupos de direitos humanos.

Voltamos então a uma questão que também aparece no monumento: apesar dos eixos escolhidos para guiarem os textos das placas demonstrarem uma preocupação em homenagear e reconhecer o trabalho das vítimas, esta narrativa também apresenta limites – o que certamente é normal, já que a história é sempre uma construção. Porém, enquanto o monumento transforma a consigna de “*Memoria, Verdad e Justicia*” em um *slogan*; ao apoiar-se nesses dois eixos o texto atenua uma série de disputas. Na capital, ademais de normalmente não mencionarem os desejos de outros atores sociais que perpassaram e ainda perpassam os sítios todos escolhem períodos históricos específicos para mostrar: o da ditadura militar e o processo de recuperação. Contudo, além de serem locais de disputas, o que os torna muito mais complexos, por meio de tal escolha também deixam de dar luz a outras histórias, inclusive, de vitimização.

Nesse sentido, mencionamos rapidamente exemplos emblemáticos: a construção da *Autopista 25 de Mayo* em 1976, que destruiu o *Ex Club Atlético* – e determinou sua condição de sítio arqueológico – implicou na formação de grandes vazios na região de San Telmo. Na época diversos moradores pobres – especialmente aqueles que mostraram resistência – foram expulsos violentamente de suas casas sem receber qualquer apoio estatal. E, por sua vez, o processo de memorialização do Orletti, onde em 2007, funcionava uma oficina de costura clandestina – pois justamente o sítio encontra-se no bairro de Floresta, onde foram identificadas mais de 150 oficinas de costura clandestina, onde especialmente bolivianos trabalham em condições análogas a escravidão – tornou-se, segundo Ricardo Maggi, coordenador do local, por uma grande movida no bairro em torno dessa questão. São assim dois espaços que foram determinados, não apenas pelas infinitas disputas e vontades dos atores sociais envolvidos no processo de memorialização relativo a história da ditadura, mas por sua condição urbana e, como parte disso, por outros grupos sociais que convivem na cidade. Além disso, embora a luta por direitos humanos na Argentina, onde os sítios de memória inserem-se, conforme exposto na placa “Lugar de memória e promoção dos direitos humanos” esteja em muito conectada com a luta pela memória da ditadura militar, será que trabalhar desde uma perspectiva conflitiva, não possibilitaria também ampliar o alcance dos sítios e iluminar outras histórias de vitimização? Como afirma Michael Rothberg (2009), as novas dinâmicas entre memórias não são nem de longe pacíficas e a coexistência delas na esfera pública leva ao principal desafio de pensar a convivência entre grupos com histórias de vitimização. No entanto, compartilhando da posição do autor, acreditamos que sua articulação na esfera pública permite o cruzamento de referências, como algo produtivo e não privativo.

Essa reflexão nos leva portanto à crítica lefebvriana (1975) a qual opõe-se a um entendimento do espaço como algo objetivo, neutro e transparente. Para ele o espaço é sempre produto e agente das relações sociais que ali se estabelecem e entendê-lo como algo linear, acabado, implica na imposição de uma determinada perspectiva da realidade social que advém de determinadas relações de poder, configurando um espaço ilusório e errôneo. No entanto, quando as placas são colocadas nos muros, ou mesmo atrás das grades, esses elementos, organizados e limpos – seja em sua estética ou na narrativa ali contada organizada linearmente – passam a contrastar com as diversas sinalizações, grafites e desenhos que fazem dos próprios muros um elemento central de memorialização e de disputa, onde a história (sempre conflitiva) dos lugares acaba cobrando visibilidade.

## **Conclusão**

Em “Comunidade Imaginadas” Benedict Anderson (2008), pensando sobre as políticas de constituição dos Estados Nação europeus, afirma que os meios de comunicação em massa, o sistema educativo, as regulações institucionais de difusão de uma ideologia nacionalista. Para ele, nada mais emblemático que três instituições inventadas no século XIX: o mapa, o censo e o museu, os quais moldaram o modo como os Estados imaginaram seus domínios, a natureza dos seres humanos, a geografia e a legitimidade dos povos dominados, operando na construção de um passado fictício que gerava um consenso onde toda forma de conflito e contradição era obliterada (Guglielmucci *apud* Canclini, 2011). Diferente de como foram pensadas essas instituições no séc XIX, onde a história era construída de forma linear e ascendente, os ex *CCDTyE* tratam-se de um “patrimônio hostil” (Croccia, Guglielmucci y Mendizabal, 2009). Remetem à histórias controversas de um passado extremamente conflitivo, o qual inclui sempre um movimento de rupturas e continuidades com o presente.

As sinalizações, ao concederem aos sítios um caráter oficial, tiveram importância fundamental, especialmente no contexto em que foram criadas. Quando todavia os sítios de CABA, hoje lugares de memória, passavam pelo processo de institucionalização elas foram pensadas como um meio de “reconhecimento” do Estado frente aos crimes que foram responsáveis; dos esforços dos grupos de direitos humanos que levavam a cabo a luta por memória e pelos sítios; e ainda pareciam adquirir especial importância quando implantadas em lugares que todavia estão ocupados pelas forças armadas, destacando um espaço, que por não ter outra forma de marcação, talvez passasse despercebido. Para tanto, a *RFSM* e a *DNSM*, incorporaram tanto à instituição, quanto às sinalizações, pessoas, consignas, narrativas construídas ao longo do processo de luta, o que também trata-se de uma forma de reconhecimento. Mas, ao mesmo tempo, essas sinalizações criam uma nova narrativa que opera, ao mesmo tempo, de forma análoga aos percursos armados no interior dos lugares e de forma paradoxal ao caráter controverso desses sítios.

Em seu aspecto formal ambas limitam-se a um caráter informativo deixando de lado as possibilidades criativas, o que implica em sublimar aquilo que os elementos espaciais possuem de mais valioso: seu caráter eminentemente tátil, meio pelo qual se poderia gerar experiências corpóreas capazes transmitir informações que não estão presentes em livros, imagens e vídeos. Enquanto o monumento, parece refletir e reforçar uma ideia consolidada no processo de ativação institucional dos sítios: a de que “espaço para a memória de todos os argentinos” sobre um passado “dolorosamente compartilhado” (Guglielmucci, 2011) – como se a frase “Memoria, Verdaderamente Justicia” exposta nos pilares, por si só pudesse gerar uma identificação por parte de qualquer um que visite o sítio; os textos expostos nas placas constroem uma mesma estrutura narrativa para todos os sítios, que deixa de lado as disputas e outras camadas históricas que os construíram. Nessa medida, enquanto o monumento, um objeto ereto que acaba em si mesmo, nos lembra o caráter dos monumentos do séc. XIX; a estrutura narrativa dos textos, retoma também um tipo de construção da história, linear e ascendente, que se contradiz com os espaços onde está implantada, feitos justamente dos rastros e restos de um passado tão controverso.

Nesse sentido devemos sempre perguntar para quem é essa memória e como ela deve ser transmitida. Como afirma Ricard Vinyes<sup>13</sup> uma política pública de memória

<sup>13</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=BQUh16YcSo&t=314s>>acessado em 15/08/2018

deve ser pensada sempre para a sociedade como um todo, tendo como objetivo a criação de uma responsabilidade ética de todos os cidadãos. Isto é, formar aos cidadãos para que tenham uma posição ética frente ao passado e que, a partir disso, possam atuar. Para tanto seria preciso assumir que a história é conflitiva, evidenciá-la, e gerar uma compreensão, seja por vias espaciais ou narrativas, que os conflitos não se liquidam apenas por decretos, mas pela atuação da sociedade.

### Referências bibliográficas

Alegre, Gabriela. *Entrevista concedida a autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

Bisutti, Delia. *Entrevista concedida a autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.

Calveiro, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires, Colihue, 1998.

Croccia M.; Guglielmucci, A; Mendizábal, M. Patrimonio Hostil: Reflexiones sobre los proyectos de recuperación de ex Centros Clandestinos de Detención en la Ciudad de Buenos Aires. *IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales*. Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2008.

Di Cori, Paloma. La memoria pública del terrorismo de estado. Parques, museos y monumentos en Buenos Aires. In: ARFUCH, Leonor. *Indentidades, sujetos y subjetividades*. Buenos Aires: Prometeolibros, 2005.

Durán, Valéria. La Vencidad del Horror: pasado y presente en torno de los (ex) centros clandestinos de detención. In: HUFFSCHIMID, Anne et DURÁN, Valeria. (org.). *Topografías Conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires, Trilce, 2012.

Fereinstein, Daniel. *Genocide as social practice: Reorganizing society under the Nazis and Argentinas Social Juntas*. Rutgers University Press, New Jersey, 2014.

Ferro, Lilian. *Entrevista concedida a autora*. Buenos Aires, junho de 2018.

Guglielmucci, Ana. De Centro Clandestino de Detención “Olimpo” a “sitio de memoria”: reflexiones sobre gestión política y trabajo simbólico. In: Peter et al (org.), *Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires, Buenos Libros Editorial / Heinrich Böll Stiftung.

Hugo Vezzetti. “Conflictos de la memoria en la Argentina. Un estudio histórico de la memoria social”. In: Anne Pérotin-Dumon (org.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*, 2009.

Huysen, Andreas. Monuments and Memory in a postmodern age. In: Young, J. (org.) *Holocaust memorials in History: The art of Memory*. Munich; New York, Prestel Verlag, 1994.

- Jelin, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2017. Edição do Kindle.
- Lefevbre, Henri. *La Producción Social del Espacio* (1975). Capitán Swing, Madrid, 2013.
- Lopez, Osvaldo. *Entrevista concedida a autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.
- Mezarroba, Glenda. De que se fala quando se diz, Justiça de Transição?. BIB, São Paulo, n° 67, 1 n semestre de 2009. pp. 111-122.
- Maggi, Ricardo. *Entrevista concedida a autora*. Buenos Aires, novembro de 2017.
- Olmos, Belen. *La construcción de la Memoria en un 'Ex' Centro Clandestino de Detención: El caso del Espacio para la Memoria Virrey Cevallos en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. Dissertação de mestrado. Universidad de San Martín, 2018.
- Rothberg, Michael. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization Cultural Memory in the Present*. Stanford, Stanford University Press, 2009. Edição do Kindle.
- Young, James. Memory and Counter-memory. Harvard Design Magazine, Construction of Memory: On monuments Old and New, n.9, Outono de 2009. Disponível em: <http://www.harvarddesignmagazine.org/issues/9>> acessado em 15/08/2018.